

AS RELAÇÕES ECOLÓGICAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Salomão David Vergne Cardoso

Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia – Salvador (BA)

Débora Almeida Silveira Sobral

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Sergipe – Aracaju (SE)

Nycolly Maria dos Santos Silva

Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Sergipe – Aracaju (SE)

RESUMO

O presente artigo busca conferir a construção de uma criticidade administrativa que contemple as relações ecológicas da Administração na formação dos futuros gestores. Para tal, objetivou-se analisar a existência de uma ecologia administrativa como via norteadora para uma formação analítica mais crítica destes. Considera-se que os cursos de Administração possuem um longo caminho a galgar para que consigam equilibrar as metodologias de ensino que oferecem ao futuro gestor um pensamento mais matemático, tecnicista e gerencialista com metodologias de ensino que abordem a dialética e que oferecem ao aluno senso crítico e humanístico para aplicar a ciência da Administração objetivando melhorias para além da organização, levando em consideração o meio social em que a empresa/organização está inserida e os alertas dos ecólogos quanto aos cuidados ambientais que precisam ser contemplados.

Palavras-chave: Educação, Ecologia administrativa, Técnico/Humano.

ABSTRACT

The present article seeks to confer the construction of an administrative criticality that contemplates the ecological relations of the Administration in the formation of the future managers. For this purpose, the objective was to analyze the existence of an administrative ecology as a guiding route for a more critical analytical formation of these. It is considered that the Administration courses have a long way to go so that they can balance the teaching methodologies that offer to the future manager a more mathematical, technicist and managerialist thinking with teaching methodologies that approach the dialectic and that offer the student a critical sense and humanistic approach to apply the science of Management aiming at improvements beyond the organization, taking into account the social environment in which the company / organization is inserted and the ecologists' warnings about the environmental care that needs to be addressed.

Keywords: Education, Administrative / Technical Ecology, Technical / Human

INTRODUÇÃO

O termo Ecologia da Administração foi escolhido para levantar um questionamento quanto à existência de um equilíbrio na oferta de disciplinas de caráter técnico e social no curso de graduação em Administração, tendo como enfoque a Ecologia a partir do estudo de todas as relações. Assim, Haeckel (1870, *apud* Figueiró, 2012, p.6) define a ecologia como “a investigação de todas as relações do animal com seu ambiente inorgânico e orgânico”. E, sendo um curso de ciências sociais aplicadas, o curso de Administração deveria ofertar ao futuro gestor um arcabouço instrumental de ensino pautado na técnica e na teoria crítica para que ao inserir-se no mercado de trabalho, este administrador consiga efetuar a aplicabilidade de sua ciência em prol do social.

Na contemporaneidade todo o meio social desenvolve-se agregado e agregando as empresas e organizações. O administrador se coloca como uma peça chave para garantir o sucesso destas, mas também deve ser a ponte entre a empresa/organização e o meio social em que ela está inserida. Porém, enxergar-se nesse papel social só será possível se este caminho também lhes for ofertado durante a graduação. As instituições de ensino devem oferecer ao futuro gestor, para além de técnicas e táticas e pensamento matemático, suporte crítico para conciliar ambos os interesses, pois diante do agravamento dos problemas sociais e ambientais gerados pelo atual sistema de consumo que praticamos, tem-se tornado cada vez mais necessário que as empresas atuem no mercado em conjunto com as necessidades da sociedade e os alertas dos ecólogos, mas para esta mudança de pensamento focada apenas na maximização do lucro necessita-se de um profissional da Administração que seja capaz de travar este diálogo entre as partes.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi realizado um estudo de caso, pesquisas bibliográficas e exploratórias. As pesquisas bibliográficas basearam-se em livros e publicações na área de Ecologia e Administração. O estudo de caso foi desenvolvido na Universidade Federal de Sergipe e o levantamento de dados foi realizado com um grupo de docentes do Departamento de Administração da Universidade Federal de Sergipe por meio de entrevistas e com discentes que estão cursando entre o 7º e 10º período por meio de questionário. Posteriormente, os dados foram tratados por meio da técnica de análise de conteúdo e representação gráfica.

Assim, esta pesquisa está constituída em 5 capítulos, sendo o primeiro a introdução que busca introduzir o leitor ao problema, objetivos e justificativas do estudo. O segundo capítulo é o referencial teórico, que faz uma busca na literatura existente acerca do tema abordado, demonstrando o embasamento teórico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho. Na terceira seção encontra-se a metodologia, que traz os procedimentos metodológicos que serviram de base para desenvolvimento e aplicação da pesquisa. O capítulo 4 traz a análise de resultados obtidos por meio das entrevistas e questionários. Por fim, o capítulo 5 expõe as considerações finais, a comparação entre os resultados, as limitações do estudo bem como as sugestões de trabalhos futuros.

METODOLOGIA APLICADA

Quanto à pesquisa bibliográfica, que se refere ao meio de investigação, é importante ressaltar que qualquer trabalho científico começa a partir desta. Momento em que o pesquisador conhece o que já se estudou sobre o tema. Porém, existem pesquisas unicamente bibliográficas, que têm o objetivo de colher “informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.37 *apud* FONSECA, 2002, p. 32), como é o caso desta pesquisa.

Gil (2002) entende a pesquisa bibliográfica como um processo que envolve as etapas: escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, elaboração do plano provisório de assunto, busca das fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto.

Por fim, Lakatos e Marconi (2003, p.182) contribuem com o tema ao afirmar que a “pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

1 REFLEXOES A CERCA DO ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO

Este item tem por objetivo trazer uma breve recapitulação da história do ensino da Administração no Brasil e dos números de formandos em Administração que saem hoje das instituições de ensino do país para então apresentar uma reflexão sobre o que tem sido feito, do ponto de vista da qualidade do ensino, com os estudantes e futuros gestores do ponto de vista de alguns pensadores que já levantam tal questionamento desde o século passado. A este item cabe a intenção de nos fazer refletir se os futuros gestores saem das instituições de ensino com senso crítico e humanístico para lidar com problemas reais das organizações, seja envolvendo seu capital humano, seja para pensar o futuro da organização sem desconsiderar os fatores sociais e ambientais ou qualquer outro desafio que lhe exija competências intelectuais. Antes de adentrarmos em tais reflexões, buscamos apresentar uma breve trajetória do ensino da Administração no Brasil, porém, esta revisão histórica do curso não pretende ser entendida como o “histórico oficial do ensino em Administração” no Brasil. Muito pelo contrário, como esclarece Teixeira, Silva e Mafra (2011, p.7), “almeja-se aqui apenas destacar alguns aspectos desse processo evolutivo, por meio de uma perspectiva mais crítica e reflexiva” apresentando alguns marcos fundamentais que permitem a observação desta evolução ligada a educação da Administração.

Quadro 3: Evolução do ensino da Administração.

Ano	Fatos marcantes no ensino da Administração
1881	O curso da Universidade da Pensilvânia nos Estados Unidos foi o primeiro curso exclusivamente de Administração a ser ofertado.
1902	A Escola Álvaro Penteadó, no Rio de Janeiro, e a Escola de Comércio em São Paulo ofertam cursos em Administração, porém ainda sem regulamentação.

1930	O processo de industrialização, pelo presidente Getúlio Vargas, começa a demandar profissionais da área de Administração.
1938	O governo cria o DASP - Departamento de Administração do Serviço Público e acontecem os primeiros intercâmbios de aperfeiçoamento com o exterior, por intermédio dos técnicos de Administração - pioneiros da Administração como profissão no Brasil.
1941	Criação da ESAN – Escola Superior de Administração de Negócios, na cidade de São Paulo, inspirada no modelo oferecido pela Universidade de Harvard.
1944	O DASP concebeu outra instituição, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), voltada para o estudo das organizações e da racionalização do trabalho e a preparação de quadros profissionais em nível superior.
1946	É criada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP que possuía apenas os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, que ofertavam algumas disciplinas de Administração.
1952	É criada a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas – EBAPE/FGV, no Rio de Janeiro.
1954	É criada a Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo EAESP, vinculada à FGV, com a graduação da primeira turma em 1959, responsável pelo primeiro currículo especializado em Administração, com o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de Administração.
1960	A FGV passa a ministrar cursos de Pós-Graduação nas áreas de Economia, Administração Pública e de Empresas.
1963	Criação do curso de Administração da FEA/USP.
1965	É regulamentada a profissão de Administrador, com a promulgação da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Expansão da oferta de cursos em Administração.
1966	O Parecer nº 307, de 08/07/1966, do Conselho Federal de Educação, fixa o primeiro currículo mínimo do curso de Administração no Brasil.
1993	Criação do segundo currículo mínimo em Administração.
2005	Criação do terceiro currículo mínimo em Administração, que possui algumas diferenças substanciais em relação aos seus antecessores: maior detalhamento em disciplinas de Ciências Humanas, como Sociologia e Psicologia; a Psicologia passa a ser dividida em Estudos Psicológicos e Comportamentais, enquanto a Sociologia em Estudos Antropológicos, Sociológicos e Políticos.

Fonte: SILVA, 2018, baseado em Teixeira, Silva e Mafra (2011) e Bencke e Gilioli (2003).

Percebe-se que foram muitos os fatores históricos que apoiaram o desenvolvimento do ensino da Administração no país e que contribuíram para o crescimento das universidades e cursos de graduação e pós-graduação. O apanhado histórico a cima, também demonstra o quanto essa evolução no ensino da Administração aqui no Brasil é consideravelmente recente e que toda sua didática baseia-se na adoção e importação do modelo gerencialista desenvolvido nos Estados Unidos.

Então, nos anos 2000, o curso de graduação em Administração se popularizou junto ao desenvolvimento econômico do país e à possibilidade do bacharel em Administração atuar em diversas áreas de conhecimento. Somado a isto, as instituições de ensino são privilegiadas pelo baixo custo de implantação do curso, pois este não exige grandes investimentos em laboratórios sofisticados e tecnológicos, como o curso de medicina, por exemplo.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2015 elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), encontravam-se matriculados 1.305.571 alunos nos cursos de bacharelado em Administração ou técnico em Administração neste ano. Este número representou 20% do universo de alunos matriculados em todas as instituições de ensino superior no Brasil¹⁷. No ano de 2009, quando o censo começou a ser divulgado, as marcas foram tão impressionantes quanto: 1.102.579 alunos matriculados nos cursos de graduação em Administração. Neste ano, este número representou quase o triplo de todo o alunado das engenharias, por exemplo, e o número de instituições de ensino superior que ofertavam o curso de graduação saltou de 2.281 em 2007 para 3.958 em 2009 (1.677 novos cursos ofertados em dois anos) (MOURA, 2014). Partindo de tais números impactantes, Moura (2014) até ironiza que a graduação em Administração no Brasil mais parece um fenômeno sociocultural e, a este fenômeno sociocultural cabe alguns questionamentos, entre eles: o que se tem feito, do ponto de vista da qualidade do ensino, com tais estudantes e futuros profissionais? Será que os futuros gestores possuem senso crítico e humanístico capazes de atender as demandas sociais e organizacionais da contemporaneidade? Partimos agora para as reflexões a cerca do ensino da Administração.

Em 1983, Motta já apontava que o ensino da Administração privilegiava conteúdos disciplinares de caráter funcionalistas, tais como o taylorismo/fordismo/toyotismo, mercadologia, produção, economia, finanças, contabilidade e relações humanas como uma variável, resumindo a Administração em míseras práticas de planejamento, organização, coordenação e controle, como ainda se vê. Paes de Paula (2008, *apud* SILVA; FREITAS; SILVA, 2013, p.5-6) ressaltam que apenas recentemente, temas como diversidade, gênero, subjetividade, relações de poder e trabalho “ganham corpo nesse *campus*, impulsionados pelas contribuições dos teóricos da Escola de Frankfurt, oponentes de todas as formas “tradicionalistas” da teoria da Administração”. Inclusive, um contexto de produção intelectual tão importante na área de Administração como foi o da 1ª Revolução Industrial com Saint-Simon, Fourier, Proudhon e Marx, influenciadores e referências para as produções da Escola de Frankfurt, conscientemente pouco têm espaço nas salas de aula dos cursos de graduação em Administração.

Ao ofuscar estes teóricos tão importantes como tantos outros teóricos brasileiros a exemplo de Motta, Tragtenberg e Guerreiros Ramos, os cursos de Administração estão oferecendo uma formação que Flores (2007) chamou de ingênua e desconexa de reflexões mais profundas. Aktouf (2005, p.153) demonstra grande preocupação com essa postura dos cursos de Administração de retrair de forma significativa de suas discussões pensadores clássicos como Adam Smith ou mesmo Karl Marx, evidenciando que “para esses pensadores as preocupações econômicas não estavam dissociadas das questões de ética ou das do bem-estar coletivo” e que a leitura destes daria ao futuro administrador o conhecimento de uma cultura geral que implicaria em reflexões, questionamentos, inquietudes, angústias, rediscussões, importante para a formação do que ele chamou de “verdadeiros agentes de mudança”, porém “que podem frear a ação, contrariamente aos cálculos e à inteligência artificial que são muito mais valorizados”. Sobre essa lógica de formação funcionalista oferecida ao futuro administrador, Nicolini (2003, p. 48-49) traz uma reflexão a se destacar:

Mesmo que essa lógica inerente ao processo de formação do administrador pareça obsoleta, é perfeitamente compreensível sua concepção. Os grandes expoentes do ensino de Administração no final do século XX, sem nenhum demérito a essas figuras, ainda são os pensadores clássicos, como Frederick Taylor, Henri Fayol e Henry Ford. A formação do administrador apenas obedece à lógica proposta por eles. Mesmo que revistos sob um enfoque sistêmico, representam todo um referencial teórico cujas bases remontam à Revolução Industrial. Esse tempo, se ainda não foi superado, tem hoje suas principais características sob profundos

questionamentos. E essas características acabam também por revelar o caráter tipicamente fabril da formação do administrador.

Nicolini (2003, p.50) compara o processo de formação do administrador ao processo de fabricação de um carro, onde as peças são produzidas separadamente e posteriormente encaixadas umas nas outras. Assim, “cada professor entra em sala para lecionar sua disciplina, de forma estanque, dissociada das outras existentes, tal como um operário, ministra a matéria como se montasse no conjunto (o aluno) a peça de sua responsabilidade”. Entretanto, não resta dúvida que esta fragmentação do ensino acaba por dificultar, para o aluno, a visualização do todo administrativo. Porém, ao final do processo, espera-se o futuro administrador, que como uma máquina, “será capaz de operar – gerir e tomar decisões – dentro do que foi programada”. Contudo, o autor acrescenta que:

Em um mundo em transformação, porém, há de se esperar mais do que isso de um profissional. Em lugar de treiná-lo para dar respostas prontas aos problemas costumeiros, devemos educá-lo para desafios maiores. O aluno precisa ser incentivado a romper paradigmas, a criar e a ousar em um mundo de complexidade crescente e que se transforma rapidamente. “Antes que treinar e adestrar alunos é indispensável iniciá-los na *ultrapassagem das fronteiras do já conhecido*” (Conselho Federal de Educação, 1993, p. 292) (NICOLINI, 2003, p. 50).

De certo, os professores não são os únicos a serem postos na linha de frente de tais questionamentos, afinal, por trás do corpo docente/departamentos/universidades existe um universo de tantas outras instituições que compartilham a responsabilidade da qualidade do ensino da Administração. Silva, Freitas e Silva (2013) citam algumas delas, como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Secretarias de Educação Superior vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação e Conselho Federal e Conselhos Regionais de Administração como sendo partes integrantes deste dilema que é a graduação em Administração.

As associações de intelectuais e cientistas organizacionais como, por exemplo, a ANPAD e ANGRAD, apesar de terem áreas temáticas que consideram essas demandas, não conseguem desenvolver capilaridade suficiente para prover transformações expressivas no exercício da função gerencial, em outras palavras, mercado e reflexão acadêmica estão posicionados em campos distintos desse jogo. Dessa forma, as instituições de ensino superior se tornam reféns nessa relação de poder, o que as torna ineficientes em provocar mudanças significativas no processo de formação na Administração (SILVA; FREITAS; SILVA, 2013, p.9).

Para Lima (2007 *apud* SILVA; FREITAS; SILVA, 2013, p.9), a política educacional na área da Administração é concebida pelos mais altos níveis de pensamento em educação – Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação – sem a participação efetiva das instituições de ensino superior, criando nesse contexto o que ele chama de “gaiola de ferro”, que impede a autogestão e criação de conteúdos específicos para atender as demandas locais nas quais as instituições de ensino estão localizadas”, imperando nesse sentido o pensamento administrativo instrumental baseado no tecnicismo. A sugestão para acabar com esse fenômeno de “gaiola de ferro” seria “a maior liberdade para as IES criarem seus próprios currículos e projetos pedagógicos livres da tutela do CNE e dos Conselhos Profissionais”.

Outro ponto é que as resoluções normativas do Conselho Federal de Administração e dos Conselhos Regionais de Administração colaboraram em proporcionar uma identidade para a área, no entanto, isso não é suficiente, pois historicamente a formação em Administração é ofuscada por outras áreas, tendo em vista os concursos públicos que acompanhamos, por exemplo, onde qualquer um pode se candidatar às vagas de técnicos administrativos. Com isso, os registros nestes conselhos de classe não passam de uma obrigatoriedade que não colaboram para o enriquecimento da profissão, apenas para sua fiscalização, “refletindo uma imagem corporativista do registro profissional, que nada adianta no dia-a-dia no exercício da função gerencial” (SILVA; FREITAS; SILVA, 2013).

Ainda existe outro ponto muito importante nesse contexto: o discente, cuja participação prática e efetiva neste processo de formação será mais amplamente discutida no capítulo seguinte com a análise do conteúdo dos questionários que lhes foram aplicados. Porém, repensando nossa cultura de ingresso nas universidades, cada vez mais cedo, os jovens estão sendo pressionados para prestar o vestibular. Aos 16 e 17 anos os adolescentes já são

induzidos, principalmente pela família e pelas escolas, a escolherem uma profissão que te acompanhará pelo resto da vida sem passar por nenhuma experiência prática que o oriente quanto à sua profissão do futuro. Quanto à qualidade do ensino que lhes é prestado no período anterior ao ingresso nas universidades, é em sua maioria questionável, principalmente se esse aluno vem da escola pública. Então, os alunos têm entrado nas universidades cada vez mais imaturos, cabendo agora às universidades repararem esse vazio intelectual. O que os autores discorrem é que os demais envolvidos neste processo, principalmente as instituições de ensino e os professores, precisam direcionar o aluno para que ele seja o sujeito de seu próprio aprendizado.

Aktouf (2005, p.158) aponta para a necessidade de pararmos de tratar os alunos como clientes que consomem o conhecimento do professor que por sua vez se torna um comerciante de conhecimento, que só é considerado “um bom professor se vender bem sua matéria, se ela é fácil, se a gente a compreende rapidamente, se se pode aplicá-la logo”. Gomes de Sá e Moura (2008, p.5-8) também atentam para o tipo de material didático que se é trabalhado em sala que “são compilações estrangeiras ou mesmo nacionais elaboradas a partir destas. Didáticos no sentido de serem destinados a instruir, porém, bastante frágeis em desafiar o aluno a elaborar seu pensamento próprio”, estimulando apenas uma reprodução acrítica do seu conteúdo. Estes mesmo autores compreendem o que de fato é uma verdade, que tanto alunos quanto professores estão condicionados a uma cultura que diz que “a aula é o lugar e o momento da aprendizagem, que prestar atenção no que o professor reproduz é aprender e que reproduzir na prova a reprodução do professor, é provar conhecimento internalizado”.

A esta educação, Nicolini (2003) chama de “educação bancária”, que aliena o aluno ao próprio processo de aprendizagem e não o condiciona a desenvolver suas próprias reflexões a cerca dos fenômenos administrativos, tão pouco a construir um pensamento crítico em relação às teorias que lhes são apresentadas. Ou seja, o estudante como produto não transforma o mundo, pelo contrário, adapta-se a ele e não desenvolve seu poder criativo que o torna capaz de gerar mudanças significativas em seu meio. Em contraponto, Nicolini (2003, p. 51) defende uma educação problematizante e afirma que esta:

Busca a emersão das consciências e sua inserção crítica na sociedade. Possibilita ao aluno ser sujeito do próprio processo de aprendizado, permite o despertar de sua consciência, o despertar da intencionalidade, estimula a busca do conhecimento. Motiva-o a sair da submissão e da passividade e abre caminho para que ele venha a ser o protagonista de sua própria história.

Assim, é preciso uma evolução coletiva quanto à prática educacional dos cursos de Administração. Em menor escala, na sala de aula, é preciso admitir que só o aluno seja capaz de construir seu próprio aprendizado, cabendo ao professor orientá-lo e criar condições que o ajude nisso. Esse é um grande desafio dos cursos de Administração (assim como tantos outros): formar profissionais reflexivos, críticos e preparados para lidar com toda a complexidade da vida social. Silva, Freitas e Silva (2013, p.11) acreditam que “a superação desse desafio passa por uma formação interdisciplinar e por uma abordagem de ensino mais contextualizadora”. A partir destas crenças, os autores se defrontaram com alguns questionamentos:

- a) Como desenvolver técnicas e métodos verdadeiramente interdisciplinares de ensino em Administração a partir de uma estrutura pedagógica fragmentada?
- b) Como professores construídos a partir dessa estrutura podem atuar na direção do processo de integração dos conhecimentos?
- c) Como mudar a atitude pedagógica, de modo a conduzir os discentes a questionarem o conhecimento que vêm recebendo por meio de uma postura mais reflexiva?

Muitos outros questionamentos poderiam ter sido elencados, mas questionar por questionar não produz mudanças, avanços ou melhorias. O fato é que é preciso repensar o processo de ensino da graduação, de forma coletiva, instituições de ensino, professores e alunos devem buscar melhores condições para produção de conhecimento no pouco de liberdade que lhes convém por parte dos órgãos reguladores, defrontando-se com a realidade para então conseguir modificá-la.

Silva, Freitas e Silva (2013, p.7) apontam que devemos exercer “uma educação que preze pela práxis emancipatória, que esteja alinhada aos desejos e anseios da sociedade e que busque solucionar, pelo menos em partes, os problemas agravantes das questões sociais, ao invés de acentuá-los”. Os autores elencam algumas características de um conhecimento emancipado que deveriam compor os conteúdos programáticos dos cursos de graduação em Administração: “a) relação com a realidade concreta; b) interação da teoria com a prática; c) transformações constantes pela dialética; d) negativa em relação a qualquer forma de pensamento totalitário; e)

postura questionadora e esclarecedora”. O acesso ao conhecimento, se dado desta forma, desenvolveria no administrador uma visão ampla de sua responsabilidade social, senso de justiça e ética profissional, além da capacidade de definir e estruturar problemas e inovar na solução dos mesmos. Em adição, Paes e Paula (2001, p.78) discorre que “o administrador deve ter consciência da grande influência de suas decisões sobre as esferas social, política, econômica e ecológica”.

Como a Administração pode acentuar os problemas sociais? Não necessariamente é a Administração sozinha quem o faz, mas toda a forma de ensino gerencialista, tecnicista, funcionalista caracterizada por uma lógica instrumental que só coloca o futuro administrador de frente com a realidade do “patrão” e do mercado (que não buscam senão, fazer dinheiro). Isso pode acarretar no que Dejourn (2007, *apud* SILVA; FREITAS; SILVA, 2013, p.2) chamou de “banalização da injustiça social, uma vez que admite-se atropelar certos princípios com o intuito de se obter mais lucros”.

Aktouf (2005, p.152) aponta três características dominantes nos conteúdos de ensino da Administração que, para ele, deveriam sofrer reformas radicais para promover uma lógica de mudança no lugar da de reprodução: “(a) a definição restrita de Administração centrada na predominância do fator capital e na preocupação do enriquecimento individual; (b) a onipresença dos aspectos quantitativos, em particular a do cálculo econômico; e (c) a falta de cultura geral na formação de administração”. O mesmo autor afirma:

Deveríamos despojar o ensino de administração e de economia da ideologia do capital como fator transcendente, como o único fator a correr risco e ao qual se atribui todo o direito. Estatística e historicamente, o fator que corre o menor risco dentre os três fatores de produção (o capital, o trabalho e os recursos naturais) é o capital, na verdade.

Para tal, o autor recorre a exemplos como as famílias Rothschilds e Rockefellers que fizeram suas grandes fortunas ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX e que se mantêm até hoje. Já a natureza e o fator trabalho perderam muito ao longo destes séculos. De certo, nunca houve tanto desemprego e miséria no mundo e as nossas matas e rios nunca foram tão devastadas como estão, demonstrando que existe um conflito de interesses entre as relações capital e trabalho e capital e reservas naturais. Além disso, tem o fator humano, que em todos os livros é ensinado como o fator mais importante, porém na prática, é o contrário, é o que menos importa. Assim, Aktouf (2005, p.153) conclui que:

O papel dos administradores é precisamente o de ser intermediário entre os interesses do trabalho e os do capital. Eles devem, também, assegurar que as atividades da empresa não tragam ameaça à integridade dos ecossistemas. O papel mediador dos administradores implica em negociações, concertos, decisões conjuntas entre vários grupos de interesse. Penso, então, que deveríamos ensinar não só como maximizar os interesses do capital, mas também como negociar decisões conjuntas com os sindicatos ou com os ecologistas.

De fato, não há como aprender administração sem dominar e simular conteúdos técnicos, porém as abordagens quantitativas estão presentes em todas as disciplinas, incluindo as que tratam do fator humano, e para Aktouf (2005, p.153) “a predominância do pensamento calculador e matematizante nos conteúdos de ensino de Administração acarreta vários perigos” como, por exemplo, o privilégio ao raciocínio formal para rápida resolução de problemas não favorece o desenvolvimento da inteligência, intuição, sensibilidade, mas favorece um pensamento automático, matemático e impessoal, conduzindo a uma “busca cega do lucro e da rentabilidade que são indiferentes ao sofrimento humano, ao desemprego, à miséria, à poluição e a outros problemas causados pela lógica economista e maximizadora dominantes”. O resultado deste processo de aprendizagem são alunos insatisfeitos com a profissão que escolheram como meio para descobrir sua razão de ser.

De certo, o mundo tem mudado significativamente e certas características industriais perdem cada vez mais sentido. Para que o futuro administrador tome posse de habilidades intelectuais adequadas a este novo contexto histórico mundial é preciso um trabalho conjunto, desde o conceito das diretrizes curriculares do curso de Administração que regem o currículo mínimo que se é aplicado, até o próprio aluno perceber que ele é a peça fundamental de seu próprio aprendizado.

Em 1997 a Comissão de Especialistas de Ensino de Administração (1997, p.12 *apud* NICOLINI 2003, p.51) já denunciava que:

Uma nova realidade organizacional demanda administradores que sejam capazes de reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente e ser criativo; que tenham iniciativa, vontade de aprender, abertura às mudanças, habilidades de negociação e consciência da qualidade e das implicações éticas de seu exercício profissional.

Primeiro hoje todo o arranjo social se dá concomitantemente às organizações, então homens e mulheres, futuros administradores precisam compreender melhor este fenômeno organizacional e suas consequências, o quanto o fenômeno organizacional altera o meio social. Para além de atender aos anseios das organizações, os alunos dos cursos de Administração precisam atentar que escolheram estudar uma ciência híbrida, que como tal, utiliza um aporte teórico e repousa sobre as práticas que têm uma finalidade social e econômica à aplicação das teorias. É isso que caracteriza uma ciência social aplicada. De fato, “passar uma visão mais ampla, mais humana da Administração e tentar desconstruir os estereótipos, os preconceitos, a ausência de tradição de questionamento dessa disciplina híbrida não é coisa fácil”, mas a dimensão filosófica da Administração “deve estar a serviço de objetivos coletivos, de uma maior igualdade social, e não mais visar exclusivamente ao aumento indefinido de rentabilidade” (AKTOUF, 2005, p.157).

Para alcançar este entendimento torna-se necessário, então, uma atualização didático-pedagógica, uma atualização dos métodos de ensino e aprendizagem onde professores não sejam pressionados a simplesmente atender uma demanda do mercado onde só interessa uma ação rápida e matemática, fazendo-se necessário em sala de aula à exclusão de teorias com posturas mais críticas. Cabe ao aluno entender que ele é responsável pelo seu próprio aprendizado, investir em leituras, aprender a questionar, estabelecer uma relação de respeito com o professor, cobrar da instituição de ensino metodologias mais atualizadas, que atendam às suas demandas. Estas, por sua vez, devem melhorar muito o diálogo com os discentes, promover mais interação entre alunos e docente e docente e docente, abusar do pouco de liberdade que lhes compete à composição da grade curricular do curso de Administração e colocar os alunos de frente com a sua realidade local como alternativa à toda literatura estrangeira trabalha em sala de aula.

Por fim, refletir criticamente sobre o ensino da Administração é um desafio enorme, pois ao fazer isso, questiona-se todo um sistema dominante, desde órgãos reguladores, professores, instituições de ensino até correntes teóricas que hoje se mostram falhas, pois enfatizam um comportamento funcionalista e instrumental, as quais não estão abertas as críticas. Porém, toda essa reflexão se faz necessária, pois no meio de toda essa rede encontram-se diversos grupos de pessoas, comunidades inteiras que sofrem diariamente com ações de organizações, que têm por trás um administrador, que só avaliam critérios econômicos. Os futuros administradores precisam descobrir que a Administração é muito mais que práticas administrativas.

Após apresentar o conhecimento teórico que serviu de embasamento para a construção deste estudo, o capítulo a seguir abordará os procedimentos metodológicos utilizados para dar prosseguimento à investigação e alcançar os objetivos traçados nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se analisar e até indicar a existência de uma criticidade administrativa a partir e que contemple as relações ecológicas da Administração na formação dos futuros gestores, cabe esclarecer que essa ecologia travada neste artigo esta pautada sobre as construções de relações, não se limitando à análise das teorias, evidenciando que a Administração enquanto ciência social aplicada utiliza de técnicas, ferramentas, habilidades e teorias em prol do bem estar coletivo e social (pessoas). O administrador, dentro de seu ambiente de trabalho vive em constantes relações, sendo um elo entre processos e pessoas, por exemplo. Assim, percebe-se que a Administração é muito mais que processos administrativos. Em qualquer meio, a Administração tem corpo para ser travada a partir de relações ecológicas.

Para aprender a trabalhar de forma ecológica com respeito às relações, os futuros gestores precisam receber uma formação ecológica, que lhes mostre não apenas o lado do “patrão”, mas que lhe ofereça a capacidade de avaliar criticamente todas as decisões a serem tomadas dentro da empresa/organização, pois estas afetarão o bem estar social e coletivo do meio em que a organização está inserida. Tendo em vista que atualmente toda dinâmica social se desenvolve em torno de organizações, estas precisam ser o mais responsáveis e conscientes possíveis em cada tomada decisão, prevendo como cada passo da organização afeta o meio social.

REFERÊNCIAS

- AKTOUF, O. **Ensino de administração: por uma pedagogia para a mudança.** *Organizações & Sociedades*, v.12, n.35, Outubro/Dezembro, 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v12n35/a09v12n35.pdf> > Acesso em: 15/02/2018
- BENCKE, F. F., GILIOI, R. M. **Ensino de Administração no Brasil, inovação ou não e Anísio Teixeira: em busca do vazio.** UCS/PUC. 2003. Disponível em < <http://www.crars.org.br/cen/arquivos/Ensino%20de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf> > Acesso em: 15/02/2018
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em < http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf > Acesso em: 15/02/2018
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MOTTA, F. C. P. **A questão da formação do administrador.** *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 123, n. 4, Outubro/Dezembro, 1983. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901983000400005 > Acesso em: 15/02/2018
- MOURA, G. L. **Hipergeneralizações: organizações são quase qualquer coisa em best-sellers de introdução à Administração.** *Cadernos EBAPE.BR*, v. 12, n. 1, artigo 4, Rio de Janeiro, Janeiro/Março, 2014. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/9629/17310>> Acesso em: 15/02/2018
- NICOLINI, A. **Qual será o futuro das fábricas de administradores?** *Revista de Administração de Empresas*, vol. 43, nº 2 Fevereiro, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v43n2/v43n2a03.pdf>> Acesso em:
- PAES DE PAULA, A. P. **Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje.** *RAE - Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 3, Julho/Setembro, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a10.pdf>> Acesso em: 15/02/2018
- SILVA, I. C., FREITAS, R. C., SILVA, K. A. T. **Ensino de Administração: Reflexões Críticas sobre a Formação do Administrador.** *IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade.* Brasília/DF, 2013. Disponível em < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ122.pdf> > Acesso em: 15/02/2018
- TEIXEIRA, M. P. R., SILVA, I. C., MAFRA, F. L. N. **Reflexões sobre a formação do administrador: uma abordagem a partir da inserção das questões sociais nos conteúdos disciplinares.** *Revista Symposium*, Lavras/MG, v. 9, n. 1, Janeiro/Junho, 2011. Disponível em < vega.polarisweb.com.br/fadminas/index.php/symposium/article/download/24/19 > Acesso em: 15/02/2018